

## Ata Reunião Ordinária Conselho Pleno

Ata 08.2020 - Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte, reuniram-se por plataforma digital os membros do Conselho Municipal de Educação de São José dos Pinhais: Ana Lucia Rodrigues, Carolline P. de A. Maia, Chayane E. Costa, Cristian Viviane da Rosa Rodrigues, Domingas de Fátima Cardoso Amaral, Elmari Moreschi, Eloise Medice Colantonio, Franciele Sabchuk, Henrique Erich Wiens, Juliana Grebe Rosa Ferraz, Lúcia Valente Schuster, Luciana Haluch de Bastos, Márcia Valaski, Maria Helena Dallagassa, Marinês Andriguetto, Patricia Coraleski Pereira Francisco, Queila Cristina I. Batista Martins, Rodrigo Oliveira, Rosiliane Aparecida Messias Torres, Stela Regina G. Wontroba, Tainara Maria Mota e Tatiana Bidinotto, para 8ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno, tendo como pauta do dia: 1- Justificativas de ausências dos Conselheiros; 2 - Pareceres descritivos do 2º Semestre; 3 - Alteração da Deliberação do CME/SJP nº 03/2015; 4 – Reposição Escola Maria Leni; 5 – Encontro Estadual da UNCME/PR; 6 – Pareceres Autorização/Credenciamento; 7 – Correspondências recebidas; 8 – Outros. A Presidente Ana Lucia iniciou com a pauta item 1 justificando as ausências dos Conselheiros Angela, Luciano, Carlos e Viviane que sairá mais cedo por motivo de consulta médica, Ana reforçou que é importante justificar sua ausência para que dê tempo de convocar o Conselheiro suplente. 2º - Pareceres Descritivos: A Presidente pediu um pouco de paciência, pois estão terminando de escanear os documentos para reunião, disse que já tem um novo estagiário que ficará no lugar da estagiária Ana Paula, o nome dele é Guilherme e só está faltando concluir o processo de contratação para que ele comece, comenta que as conselheiras da Divisão de Estrutura e Funcionamento estão ajudando muito nas análises dos processos de Validação, além de estar ajudando em outros assuntos do Conselho. Ana passou ao item 3 - Alteração da Deliberação da Educação Especial, diz que esse item ficará para ser discutido na próxima reunião, informa que a Câmara se reuniu e houve mais alterações na Deliberação, então é necessário que a Câmara do Ensino Fundamental e Ed. Especial se reúna novamente para alinhar e aprovar todo o documento para então ser levado para discussão e aprovação em reunião do Pleno, diz que já foi marcada a reunião para o dia 06/11 às 08h30min. e aqueles conselheiros que fazem parte da Câmara façam um esforço para participar. A Presidente passa ao item 4 - reposição da Escola Maria Leni - A Presidente explica que foi construído um Parecer sobre as unidades de ensino que precisavam repor aulas presenciais, sábados letivos, iniciaram depois o ano letivo por estarem em reforma. Diz que a Escola Maria Leni havia mudado seu sábado letivo para o dia 14 de março, porque haveria a entrega da reforma pelo Prefeito Toninho, apesar da unidade estar com tudo organizado para o evento o Prefeito teve outro compromisso e não pode comparecer, contudo a unidade cumpriu o sábado letivo neste dia, Ana explica que o nome da escola constava na lista que foi publicada em Portaria que precisavam fazer as reposições. A Presidente coloca que trouxe os documentos enviados pela escola para comprovar que apesar dela estar na lista da Portaria, não precisa realizar esta reposição nas datas estabelecidas pela SEMED, explica que o Conselho já encaminhou a justificativa da não reposição da unidade para o Gabinete e este

respondeu por meio de ofício o que segue: “ Em resposta ao ofício nº 102 do Conselho informamos em contato com a diretora da Escola Professora Maria Leni, a mesma esclareceu que o sábado letivo integração aconteceu no dia 14 de março” a Presidente confirma que o Conselho deu autorização naquela época para a Unidade, que realizasse o sábado letivo no dia 14 e não no dia 07/03 como estava estabelecido em calendário letivo devido a entrega da obra de manutenção realizada na Unidade de Ensino, a Presidente reafirma que trouxe isso para demonstrar que a Escola supracitada não precisa realizar a reposição como é pedido pela SEMED. Passou para o item 5 - Encontro Estadual da UNCME PR, informou que a sede da UNCME/PR é no Conselho de Educação de São José dos Pinhais e era para acontecer dia 18 e 19/11 e foi transferido para os dias 25 e 26/11, quarta e quinta-feira, no período da manhã e tarde, a princípio tem como tema “Os Conselhos Municipais de Educação e seu papel nos desafios educacionais de 2020”, diz que pode mudar um pouquinho o tema, solicita que os conselheiros participem, que entrem nas salas em algum momento do dia, entende que participar o dia todo é bem complicado, mas solicita que entrem pelo menos um período nos dois dias para que o Conselho de Educação de São José dos Pinhais marque sua presença neste encontro que será online. Informa que os temas e a programação será encaminhada na próxima semana. Passa ao item 6 - Pareceres de Autorização e Credenciamento - Ceduca Kids - Renovação da Educação Básica e Autorização para Funcionamento da Educação Infantil, ressalta que são dezesseis processos com parecer favorável da Divisão de Estrutura e Funcionamento e analisados pela Equipe Diretiva do Conselho e não apresentaram problemas, segue a leitura: CEI Mosaico Renovação de Autorização para Funcionamento da Educação Infantil, CEI Letrinhas Coloridas Renovação do Credenciamento da Educação Infantil, CEI Casa Amarela Autorização para Funcionamento e Credenciamento da Educação Infantil, Colégio Adventista - Centro Renovação de Autorização para Funcionamento da Educação Infantil, CEI Renovação Kids Renovação de Autorização para Funcionamento da Educação Infantil, CEI Anelliese Krigsner - CEAK - Credenciamento para Oferta da Educação Básica e Renovação de Autorização para Funcionamento da Educação Infantil, CEI Anelliese Krigsner - CEAK Mudança de Mantenedora, Escola Milenium Ambiental - Ed. Infantil e Colégio Milenium - Mudança de Nomenclatura, CEI Crescer e Aprender Renovação de Autorização para Funcionamento da Educação Infantil, CEI Árvore do Saber Renovação de Credenciamento e da Autorização para Funcionamento da Educação Infantil, CEI Espaço Kids Renovação para Autorização do Funcionamento da Educação Infantil, CEI Ceduca Kids pede alteração da denominação da mantenedora; o CEI Ciranda Kids, mudança de denominação passando para Educando para o Futuro; a Escola Renovação, está cessando temporariamente a Educação Infantil por falta de matrículas nos anos de 2018, 2019 e 2020’. A Presidente ainda informa que para o Conselho, os 16 processos estão corretos e pergunta se alguém tem alguma opinião ou dúvida em relação a esses processos e se dispõe a responder junto com o pessoal da Divisão de Estrutura e Funcionamento. Ana segue para a próxima pauta nº 7 - Correspondências recebidas: a primeira correspondência que a Presidente lê é um ofício da SEMED: “Senhora Presidente, em resposta ao ofício nº 97 do CME, está liberado o preenchimento do livro registro de classe, pelos professores regentes 1 e 2 conforme solicitado por este CME” e conclui “então foi liberado para que os professores pudessem levar, caso quisessem, o livro de chamada para ser preenchido em casa, claro que assinando um termo de responsabilidade, para que eles pudessem fazer, devido a demanda e por

estar trabalhando remotamente em casa. Não tem como dizer que ele não poderá levar o livro, sendo que ele está trabalhando em casa. As unidades receberam este ofício com data de 03 de novembro.” A Presidente prossegue com a leitura do próximo documento, que é um ofício do SINSEP e pede para o Conselheiro Rodrigo enquanto representante do RH, fazer sua colocação para que se necessário, realizar o envio do documento para a SEMED: “Senhora Ana Lucia, presidenta do CME/SJP, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São José dos Pinhais - SINSEP, entidade da classe representativa dos servidores deste município, por sua presidenta Samia Alves Dornelles, vem requerer informações ao fato trazido ao conhecimento deste sindicato que a SEMED, em diversos CMEIs tem informado que fará a remoção de Educadores Sociais e Atendentes de Creche, para outras unidades em razão da ausência de turmas no Infantil III, sem, no entanto, apresentar as devidas justificativas formais expressas aos servidores a serem futuramente removidos e os critérios para essas remoções, o que configura em tese: discriminação e quebra de isonomia. Ainda relatou-se que essas remoções serão efetivadas dentro de calendário eleitoral, o que contraria, em tese, normas na matéria. Com isso, solicita-se a este Conselho, que dentro de suas prerrogativas institucionais exija do Município e SEMED, os devidos esclarecimentos da matéria e o mais breve possível, retorne com as informações a este sindicato. Ensejo, renovando nossos votos de estima e consideração.” Ana comenta que conversou com o Conselheiro Rodrigo e pede para o mesmo fazer sua colocação sobre a denúncia exposta pelo SINSEP, para os demais terem conhecimento e ainda diz que a ausência das turmas do Infantil III não existe, pois todas as turmas da Educação Infantil da rede pública, estão super lotadas pois os alunos da rede privada está saindo e indo para o público. Ana pede para o Rodrigo se pronunciar e ele pede desculpas e avisa que estava atendendo uma servidora, então acabou não escutando a Ana no momento em que ela fala sobre a denúncia do SINSEP e ela diz que solicitou a ele que ele se pronunciasse em relação ao documento que chegou, para que ele explicasse aos Conselheiros a questão da remoção de educadores. Rodrigo diz que “foi efetivado recentemente a remoção de 3 educadores sociais a pedido deles, um pedido feito formalmente no protocolo geral, pedindo para trocar de unidade” adiciona que fora isso não estão removendo mais ninguém. Diz que está com vários pedidos parados desde o início da pandemia, com diversos educadores pedindo para trocar de unidade e a grande maioria pedindo para ir para a assistência social, alguns foram emprestados no começo da pandemia e gostaram, por isso, formalizaram pedidos para que permanecessem lá. Os pedidos estão sendo analisados, mas ainda não tem nada efetivado, as 3 remoções que foram feitas, foram a pedido do próprio servidor. Ainda diz “a denúncia que foi feita de que a gente está removendo educador por conta de fechamento de Infantil III, ela não procede”, complementa dizendo que recentemente foi feita o planejamento de turma para 2021 e tiveram unidades que não tinham demanda para o Infantil III e que a demanda para turmas obrigatórias, principalmente Pré, era muito grande. Então aconteceu de, no lugar do Infantil III, está sendo atendido o Pré que é uma questão obrigatória. Então não foi fechado o Infantil III para poder remover o educador. Rodrigo pergunta se alguém ficou com alguma dúvida após sua explicação e pediu para que se houvesse, perguntassem. A Presidente pede se alguém responsável pelo Infantil pode explicar essa questão do Infantil III, citando o nome de Tatiana e/ou Viviane. A Conselheira Tatiana se pronunciou para explicar e diz o seguinte: “É o que o Rodrigo falou, a previsão de turmas é uma previsão de turmas, e depois a Queila/Keila e a

Carol, que são diretoras do infantil, elas podem também explicar como funciona isso. É uma previsão de turmas para o ano que vem e em algumas unidades não havia tanta demanda para o Infantil III, então por exemplo, tinha uma unidade com dois Infantil III mas um Infantil II, e a gente tinha uma demanda muito grande de Pré I e II que são as etapas obrigatórias, optou-se por manter uma turma do Infantil III para garantir a vaga das crianças que já estão matriculadas e abrir a turma obrigatória, porque a obrigatória a gente não pode deixar de atender. Mas não foi fechado e nem cessado nenhuma turma, simplesmente a gente olhando a demanda, fizemos essa previsão. Mesmo assim, tem uma unidade que já nos ligou, que conseguiu fazer um rearranjo que vai atender as duas turmas que ela tinha do Infantil III. Mas isso é uma previsão de turma para 2021. Em nenhum momento dessa previsão de turmas foi falado de remoção de servidores, não foi falado isso. Eu acredito que a gente poderia perguntar para o SINSEP de qual unidade que veio essa questão, 'pra' gente verificar que informação que chegou, porque às vezes a servidora também fica insegura porque recebeu uma informação errônea. Eu acredito que a gente poderia perguntar porque 'daí' acabaria com essa questão Ana, de a servidora estar do outro lado, com todo esse momento de incerteza que nós estamos vivendo hoje e achando que vai ser removida por ofício, por decreto, nesse momento agora. Então poderíamos retornar a pergunta ao SINSEP, que 'daí' a gente esclareceria de onde veio essa questão". A Presidente Ana concorda, dizendo que "essa questão pode ter vindo por ter sido feito o planejamento conversando com os diretores, talvez alguma diretora não entendeu e passou uma informação errada e aí as educadoras acabaram ficando nervosas e ansiosas por não saberem o que vai ser delas, porque é complicado quando chega uma informação assim, até porque pra remoção é um planejamento e uma organização de turmas". Diz ainda que se os Conselheiros concordarem, o CME poderá entrar em contato para fazer uma pergunta ao sindicato, mas avisa que isso não quer dizer que eles vão responder, porque geralmente ele não faz a colocação de quem fez a denúncia. Complementa dizendo que isso já aconteceu, de não querer fazer, mas que podemos fazer esse encaminhamento. A Conselheira Tatiana se pronuncia: "Eu entendo que às vezes ele não queira responder para não expor o servidor, o servidor vai até o sindicato porque é o canal que ele tem, mas seria importante esclarecer, até para que o sindicato perceba que às vezes foi realmente um mal entendido da diretora ou por terem visto no diário oficial, como disse o Rodrigo, realmente saiu lá, acho que foram três educadoras, mas a pedido delas a remoção. Aí as pessoas não entendem direito o que está acontecendo e começa essas questões. Mas a previsão de turmas é só para retomar para quem não está dentro das unidades, ela é uma previsão, de fato a efetivação dessas turmas, depois a Marinês que já trabalhou com isso ou a Maria Helena, podem explicar, ela só é efetivada o ano que vem, pra gente saber se realmente abrimos tantas turmas, né Rodrigo?! É assim né?! Se realmente abriu, depende da matrícula efetiva. A gente não tem como, agora nesse momento, oferecer mais vagas do que a gente pode. Sempre deixa uma folga segura né". A Conselheira Tainara se pronuncia: "Eu acredito que esse pedido foi feito mais na angústia de ver de repente, uma previsão de não ter mais o Infantil III e como ficaria esse servidor dentro da unidade. Acho que não é o fato de fechar o Infantil III e sim como que ficaria a servidora. Então, por exemplo: de uma unidade que isso venha acontecer, como que essas servidoras, elas são realocadas?! Elas podem, inclusive, ajudar as professoras nas turmas do Pré?! Ou não?! Então eu acho que é mais um medo, uma angústia de não saber o que está acontecendo e ver lá no diário oficial realmente as remoções e tá

nessa berlinda. Eu acho que é natural da pessoa ir procurar mesmo, saber o que tá acontecendo para ver o que que ela vai, como que vai proceder lá. É um uma angústia da pessoa, porque gera essa insegurança de fato nela. E saber 'ó, não vai ter mais o Infantil III', 'Então pra onde é que eu vou?'. Após a fala da Conselheira Tainara, a Presidente se pronuncia: "Sim Tainara, mas o ofício, ele fala do fechamento das turmas do Infantil III e aí como demonstrou essa preocupação, e sabendo que vai, já afirma que ta fechando turma do Infantil III, entendeu? Então junta-se as duas coisas também né. Então tem questionamento, a Presidente coloca que de repente era a previsão de fechamento desta turma nesta unidade, o que causou este desespero na funcionária. Então a Conselheira Tainara comenta: "Talvez nessa unidade a previsão era para fechamento mesmo né, então ela ficou desesperada". A Conselheira Caroline pede para explicar o caso do CMEI dela e a Presidente pede para ela aguardar um instante, dizendo: "Só um pouquinho. Pessoal, vamos desligar os áudios aí, porque senão fica difícil de nós escutarmos. E para explicar, quando sai no diário oficial, leiam com atenção, observe que ele coloca a remoção a pedido. Eu já tinha observado isso e eu até fiquei assim 'Nossa, como tem educadoras solicitando remoção para ir para a assistência né, saindo da educação e indo para assistência'. Eu sem conversar com ninguém disse assim 'vai ver que nesse período que, como foi para trabalhar lá, foi solicitado e acabou gostando e preferiu ficar lá mesmo né', isso pode acontecer realmente né, estava a disposição para algum lugar e acabou indo para o seu lugar e não tem como dizer "não" para esse pessoal porque eles fizeram concurso para aquela secretaria". E então dá a voz para a Caroline: "Então, aqui no CMEI, eu acho que bate com a informação que vocês estão falando. Aqui no CMEI, o que que acontece: o ano que vem, a previsão é de ter um Infantil III e nós tínhamos dois. Com o aumento do Pré I, que nem o Rodrigo explicou, então ficou a previsão de abrir um só. Quando elas viram esse planejamento, as meninas aqui do meu CMEI perguntaram pra gente 'o que vai ser da gente?', 'o que vai ser de nós educadoras e atendentes o ano que vem?', e eu falei 'Eu não sei, não tenho essa informação. No meu planejamento só estava a Tânia, o Rodrigo não estava', eu falei pra elas 'Eu não tenho o que falar para vocês, ninguém falou nada que vão sair da unidade ou não vai. Eu não sei o que vai ser. Ainda não tem, só tem o Pré I e Pré II definidos'. Elas vieram pra mim, as meninas daqui e falaram: 'Carol, a gente vai mandar uma mensagem no grupo do SINSEP'. As educadoras, mas não fizeram nada assim arrebélia nem escondido, porque a gente tá angustiado que nem a Tatiana falou, a gente quer saber o que que vai acontecer, porque o ano que vem, vai que colocam a gente em outro CMEI ou não. Então as minhas educadoras vieram até vim, atendentes, e falaram para mim 'nós vamos mandar uma mensagem lá no sindicato, vamos pedir informações', então até onde eu sei, mas ninguém, mas elas estavam bem informadas, eu nunca cheguei pra elas e falei 'Não, vocês vão ser jogadas em outra unidade', nada nada. Então eu acho que algumas situações talvez tenham sido parecidas com a do CMEI Joana, onde ficou um Infantil III e seis educadoras (três atendentes e três educadoras) e elas por si só, elas são inteligentes, elas começam a pensar 'o que que vai ser feito da gente?', então elas geraram angústias, pra mim elas vieram, comunicaram, elas falaram 'eu não quero passar por cima da direção, não quero que você saiba de outra forma, nós estamos enviando uma mensagem para o sindicato', e eu falei 'bom, é direito de vocês, eu não tenho como responder isso'. Então talvez, eu não sei as outras unidades, mas da minha realidade que aconteceu é essa e é essa a realidade para o ano que vem: um Infantil III e três atendentes e três educadoras". A Presidente

pergunta se mais alguém gostaria de falar e o Conselheiro Rodrigo se manifesta: “Diz que só para continuar, na previsão de turmas, a gente não fechou nenhuma turma, isso tem que deixar bem claro que não houve fechamento de nenhuma turma de Infantil III, nem de Infantil II e nem de Infantil I. O que houve foi aquilo que eu coloquei no começo mesmo, não tinha demanda, acho que a Carol mesmo falou, era duas de Infantil III dela, não tinha demanda, foi substituído por uma de Pré, não tinha demanda, foi substituído por uma de Pré, que a demanda é muito maior. O que que acontece: não tratamos nada em relação a remoção dos educadores. Porque disso, primeiro de tudo a gente tem que ver que não existe nenhuma lei que regulamenta a remoção de educador, então uma vez que não existe uma lei igual a do professor, a gente tem que tratar a remoção de educador de ofício, que é outro centro legal que pode ser feito isso. Enquanto RH, a gente sabe que vai acontecer, como na unidade da Carol que vai estar sobrando educadores e ao mesmo tempo eu tenho diversas unidades que estão faltando educadores, então assim, a nossa intenção é, não agora, mas no ano que vem verificar a situação de unidade por unidade. Vou dar um exemplo pra vocês, o CMEI Ivone Nester pode ser que no ano que vem esteja faltando bastante educador lá, aí eu vou ter o CMEI da Carol que vai estar sobrando. Nossa intenção é: vai ter que remover porque não posso deixar uma unidade sobrando, como não posso ter outra unidade faltando. Mas não vou chegar lá e dizer ‘ó fulano, você vai lá para tal unidade’, a gente vai oportunizar, não é mediante remoção porque não existe sistema legal para isso, mas também não vou estar obrigando ninguém. Só que isso a gente vai tratar somente no ano que vem. Por quê? A gente fez uma previsão de turmas, houve agora recentemente as matrículas, agora no final do ano tem a continuidade disso e a gente sabe que no começo do ano, em fevereiro, quando começam as aulas, surgem muitos pais que não foram durante o final do ano que vão querer matricular naquela época. Então a situação real do calendário a gente só vai ter lá em fevereiro, final de fevereiro, de repente começo de março. E é mais ou menos lá que a gente vai ver como que vai ficar a situação desse pessoal que por ventura venha ficar sobrando em cada unidade. Entendo também que, a própria Tati falou aqui que entende a situação dela, no caso, fica meio sem saber né, mas acho que assim, pode encaminhar algum questionamento ao sindicato, pelo menos até para a gente já meio que saber o que que é, não tratando de ser uma remoção as três que foram efetivadas que saiu no diário oficial, que são pedidos. E a nível de conhecimento, eu estou hoje com trinta e sete pedidos de remoção de educador, desses trinta e sete, trinta e seis pedem para ir para a assistência social e um pede para trocar de unidade. Então esses pedidos estão sendo analisados pela gente e não tem resposta ainda para eles. Mas realmente tem trinta e sete pedidos de educadores, pedindo para sair da educação”. A Presidente agradece o esclarecimento do Conselheiro Rodrigo e surge uma dúvida da Conselheira Tainara pergunta à Presidente e ao Conselheiro Rodrigo, se alguma vez foi feita uma remoção para educadores na história de São José. Rodrigo responde que já foi feito sim remoção para educador, foi uma questão de gestão, a gestão da época quis oportunizar a remoção para educador, mesmo sem legislação vigente. Ana pergunta a Tainara se sua pergunta foi respondida e ela afirma que sim. A Presidente diz: “Faremos um encaminhamento para SEMED, até porque está colocado aqui que é uma solicitação do sindicato. Então a gente vai passar para eles e eles devolvem e a gente depois traz novamente. Se até na quinta-feira que vem, que tem reunião do CME e aí nós passaremos a resposta para vocês e para fazer o encaminhamento para o sindicato, a Conselheira Tainara pergunta: “Ana, é possível a

agente sugerir para a SEMED, de repente, fazer um processo nesse sentido? Um concurso de remoção? Como sugestão.” e a Presidente responde “Eu acho que é complicado. Mas primeiro preciso ter a resposta. A gente precisa ter essa resposta para depois a gente trazer, bom, primeiro ver quais são as informações e aí depois a gente traz para deliberar, dentro do Conselho”. Ana avisa que a Conselheira Patrícia gostaria de fazer uma colocação: “Tainara, eu entendo a sua colocação, mas se eu não me engano o Rodrigo falou que não tem uma lei que ampare essa remoção, então não é como os professores. Então foi isso que eu entendi, se não tem uma legislação que ampare, uma lei que ampare, como que a secretaria vai fazer isso?! Eu não sei se pode, Rodrigo?”. Rodrigo responde: “Então, a questão da Tainara de sugerir, toda sugestão é válida, mas não existe previsão legal para isso, não tem. A única previsão que tem é a remoção de ofício e pronto né. O que eu posso dizer enquanto RH, é que a gente tem estudos para implementação disso, só que a gente segue uma sequência: o primeiro de tudo tem um estudo que já tá lá atrás, quatro anos de trabalho, que é alteração do Decreto 920, que é a remoção do professor. Primeiro de tudo, pretende-se alterar a situação da remoção do professor, regularizar tudo certinho porque esse decreto de 2004, ele tá bem desatualizado. Então fazendo isso, já tem um modelo praticamente pronto. Quando conseguirmos alterar, pretende-se verificar essa ação de implementação da legislação para educador, mas neste momento, não tem nada”. A Presidente se pronuncia: “Nós aguardaremos então, vamos fazer o encaminhamento para a SEMED, no entanto acredito que podemos fazer a sugestão, mas assim, como a Conselheira Fátima disse ‘não tem legislação, mas já deve então, acredito que pode’, não somos nós que digamos que pode, ficou claro que é uma gestão né e o Conselho não pode dizer que a SEMED vai ter que fazer isso, até porque se não tem legislação específica, a gente só pode sugerir, né, não tem como a gente exigir que a SEMED faça. Mas pensando na questão de remoção será que não é melhor, eu ia falar mais fácil, mas não é melhor para os Educadores que a remoção seja dessa forma, conforme o pedido delas? E a necessidade delas? Do que entrar numa remoção e fazer um concurso de remoção e aí elas não podem sair dessa secretaria e ir para outra caso elas queiram? Acho assim, só fico perguntando se, para sair um concurso de remoção, porque daí é um pedido só e só uma vez no ano e aí elas vão ter que ficar naquela secretaria e não é a dela e eles vão ter que ficar até o final para poder cumprir e aí depois retornar para secretaria da onde elas têm origem. Porque assim, pra nós, nós estamos dentro da nossa secretaria, é diferente, é diferente. Quando sai da nossa um professor ou um pedagogo que ele está indo para outra secretaria, não se tem uma remoção para isso, ou eu estou errada Rodrigo? Não tem uma remoção para pedagogo, professor que tá indo p outra secretaria, tem?” e o Rodrigo responde: “Exatamente, nossa legislação prevê lotação de professores e pedagogos somente na secretaria de educação” e Ana diz: “Exato, e aí assim, elas ficariam presas, então podemos sugerir sem problemas. Mas daí como é que fica esses pedidos que estão crescendo, que elas estão solicitando de sair da Secretaria de Educação e retornar para secretaria delas, se a gente coloca um período aí de ‘a quem está dentro, trabalhando na secretaria de educação vai fazer a sua remoção e se elas não, realmente fica complicado essa adaptação para elas também. A gente não tá falando de um professor que tá trabalhando vinte horas, a gente não tá falando de um pedagogo que trabalha vinte horas ou até o pedagogo que trabalha quarenta horas. Nós estamos falando de um atendente, nós estamos falando de um educador, que tem todo um trabalho diferente, e a formação delas é diferente da nossa também.

Mas não tem problema, vamos aguardar, digo assim, o melhor seria aguardar nesse momento a resposta da secretaria, aí semana que vem a gente tem nossa reunião aí a gente delibera uma sugestão para a secretaria. Também não vejo que seja um problema fazer uma sugestão e aí claro, fazer os encaminhamentos necessários, eu preciso fazer esse primeiro pedido aqui que o sindicato está pedindo que a gente retorne, então eu preciso primeiro fazer esta solicitação, depois a gente vê a questão da resposta da secretaria, a questão da sugestão. A Presidente pergunta se atende então Tainara, a gente pode aguardar. A Fátima está colocando 'Vamos sugerir', mas a gente não tá dizendo que não vamos sugerir, nós estamos dizendo que vamos aguardar a resposta da SEMED, porque aí sim, em cima de um documento fica muito mais fácil para nós, pra própria secretaria, para gente fazer nossa sugestão. É esta a questão, de aguardar, mas não tá dizendo que a gente não pode fazer. A gente pode fazer, qualquer sugestão é importante, como disse o Rodrigo, ela é válida, não tem problema. A Presidente segue para o próximo documento que é sobre as validações e diz: "Sobre as validações: nós encerramos a questão das unidades das validações do 1º semestre. Nós já colocamos das públicas, já foram colocadas nas caixas de malote para virem buscar. A gente vai terminar também do privado para fazer a entrega. É importante, eu preciso colocar aqui para vocês que das escolas privadas, chegaram um pedido de solicitação de validação das atividades referentes a anterior ao parecer, e eu fazendo a consulta ao Conselho Estadual, não tem como dizer 'não'. A princípio, não tinha nada do Conselho Nacional dizendo que podia ou não podia, o que a gente tem é a LDB, a LDB diz que, no Art. 32, que em situações de emergência em que o aluno, ele não pode e os professores não podem ter o contato presencial, então as atividades a distância podem ser organizadas. Então não há problema da gente validar do dia 23 de Março até o período da deliberação, não existe problema da gente validar as atividades dos Centros de Educação Infantil e das Escolas de Educação Infantil aqui do município de São José dos Pinhais, que fazem parte do nosso sistema. Então praticamente não teremos problema. Nós já vamos passar os nomes na próxima semana, aí já fica certo. É porque a gente tá cobrando, de algumas, porque não foram todas as unidades que entregaram do particular, mas a gente já fez a validação das que já foram nomeadas. Para nós está tudo certo, a gente só vai encaminhar para eles virem buscar o documento de validação. Eles já receberam o ofício do Conselho, dizendo que já estão validados, mas só falta a gente fazer o encaminhamento. Conseguimos colocar ontem, das públicas e até amanhã deve ir das privadas. A mesma coisa dos calendários das escolas privadas, eles já começaram a encaminhar e eles querem seguir o calendário da Secretaria Municipal da Educação para todas as unidades públicas, a pedido deles, se não existir nenhum problema de seguir o mesmo calendário. Inclusive, pediram um modelo de calendário e nós fizemos isso para as unidades privadas, foi um número muito grande, por isso a gente está fazendo essa colocação aqui, porque geralmente cada um apresenta o seu, começa com uma data diferenciada. Claro que pode, não tem problema, desde que eles cumpram, a princípio, para o próximo ano, os duzentos dias letivos que é a previsão que a gente tem, caso não inicie as aulas presenciais, aí o Conselho vai se reunir novamente e deliberar sobre o ano de 2021. Porque a questão da vacina ainda não tem previsão. Estão falando de Março, mas sabe que fica dito que é Março mas até começar vai Abril. Então a gente nem sabe como fica a questão do próximo ano. O Estado começa no dia 18 e alguns estão perguntando se pode começar junto com o Estado no dia 18, não tem problema desde que cumpra a questão dos dias letivos ou

carga horária, que praticamente deve ser a mesma coisa para o próximo ano. Mas não foge na questão de cumprimento do calendário que é o mais importante. Tem saído na mídia uma questão daqui da região metropolitana, os prefeitos/municípios/prefeituras daqui, de que não retorna as aulas presenciais este ano mais, tanto que em Curitiba saiu um decreto 'até 30 de Novembro não terá aula presencial', bom, se não tem até 30 de Novembro, não vão retornar para quinze dias em Dezembro. Se não tem em Curitiba, praticamente, nós não teremos em nenhum município da região metropolitana, inclusive de São José dos Pinhais, até porque houve uma definição dos prefeitos e Curitiba também faz parte. Eles colocaram na televisão e eu fiz uma leitura que saiu na mídia, dizendo que Curitiba não tinha se manifestado, só os municípios da região metropolitana e a ASSOMEAC, que é associação dos prefeitos, Curitiba está junto, ela faz parte porque é região metropolitana de Curitiba. Então foi uma definição entre os prefeitos, veio já da questão dos prefeitos que não se retorna. Eu sempre coloco pra vocês, não é a preocupação somente do Coronavírus, é a preocupação com a água que continua complicado para a nossa região metropolitana. A água é tão escassa que até chuva virou pedra nem água mais é, sempre coloco assim 'já não é mais chuva de água, é chuva de granizo', o que deixou bastante complicado para nossa região. Então sobre a validação, já estamos recebendo processos, a gente já inicia olhando. A Comissão teve uma reunião ontem pela manhã, a Comissão de Validação, e nós temos as Conselheiras Eloise e Fátima que se dispuseram a nos ajudar se precisasse carimbar, olhar atividades, na organização. A gente sabe que o pessoal que trabalha nas escolas é mais difícil de estar saindo da escola para vir aqui nos ajudar, a gente entende, sem problemas, e se mais alguém puder também, se não pode não tem problema. O que a gente precisa colocar para vocês é que é complicado, é difícil, foi um momento que passou até de estresse, porque é muita coisa para fazer, são muitas unidades, são 44 da Educação Infantil, são as 60 do Ensino Fundamental, tinha toda a parte da Educação Especial, não é pensado assim 'a é só a Madre Paulina e o Ilza', não, tinha todas as salas de recursos também e todas as privadas. Então é um número grande e tinha que passar por todas e em todas elas eu tenho que assinar também, então vocês imaginem a demanda grande, porque tem a questão de requerimento, tem a ATA de validação, tem o bilhete de solicitação do Conselho Escolar e de todos os pedagogos e de todos os professores. Quando pega uma escola pequena como a São Francisco, que é da zona rural e é pequeno, tá tranquilo, mas quando pega uma Eugenia Talamini e uma Antonio Franco da Rocha, tem vontade de chorar, porque é uma quantidade muito grande, é um trabalho dobrado, duas escolas grandes como essas, e tem outras também, são escolas que leva um tempo muito grande, tanto para análise para poder organizar a documentação. A Eugenia Talamini por exemplo, vai quase umas dez escolas pequenas, ou CMEIs que estão um pouco mais tranquilos, mas também tem uma análise diferenciada nesse momento. Então é só para colocar, e se alguém, claro se dispuser, nós agradecemos. Mas todos estão se desdobrando, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Especial, da Divisão de Estrutura, que tem feito um trabalho parceiro grande aqui com o Conselho e assim, na análise da documentação, a equipe também do Ensino Fundamental ajudou bastante, porque senão nós não teríamos dado conta de tudo, então agradecemos o trabalho, lógico que no final quando encerrar, nós faremos nossos agradecimentos enquanto Conselho oficialmente, para todos que se empenharam e podemos dizer que todos se empenharam neste momento, nessa questão da validação e nesse ano tão difícil para nós. Foi um ano

mais difícil, não sei ainda o que falta acontecer até terminar o ano letivo. A Presidente pergunta se na questão da validação alguém tem mais alguma coisa para colocar, não houve manifestação, Ana então pergunta se sobre a validação está tudo certo, coloca que já está iniciando esse trabalho, para que na quinta-feira que vem e na outra, nos dias 12 e 19, já registrem em suas agendas, as reuniões do Conselho, explica que tem essas validações que são importantes, que precisam ser feitas. Informa que o que chegar iremos organizar imediatamente para enviar para as unidades e os professores poderem preencher os seus livros de chamada, o quanto antes melhor, não podemos deixar isso para última hora de Dezembro". A Presidente lê o comentário da Conselheira Elmar Moreschi no chat e pede para que ela se pronuncie: "Eu penso assim, em Curitiba, essa legislação teve sempre e isso facilita essa questão da remoção, então eu penso que ao invés da sugestão, nós fizéssemos uma indicação para a SEMED para que ela agilizasse essa legislação sobre a remoção. O Rodrigo falou que isso está em estudo, mas que isso agilizasse. Eu acho que é a única coisa que fica mais tranquilo para todo mundo. Se sabe que está ali, cumpre sempre aquilo na lei. Era isso que eu tinha, aqui em São José dos Pinhais eu sinto muito a falta dessa legislação". Então a Presidente pergunte de qual legislação ela está falando e ela responde que seria "A legislação de remoção, acho que de professores que também não tem", então a Presidente Ana informa que essa remoção existe sim, tanto a remoção para professores quanto para pedagogos, apenas a remoção de educadores e de atendentes de creche que não tem. Então a Presidente pede para que Rodrigo responda a pergunta da Conselheira Elmari que é a seguinte: "Rodrigo, existe a de professores? A legislação?" e então o Conselheiro Rodrigo responde: "Então assim, eu comentei naquela hora que a legislação de professores e pedagogos, ela existe, só que a nossa legislação está desatualizada, então tem um estudo para alterar essa legislação no sentido de melhorá-la. Ela tem muitos pontos que estão completamente desatualizados, então como disse, tem um estudo que já está praticamente pronto, que em primeiro momento é para o professor e para o pedagogo e também já pensamos em aplicar quase que nos mesmos modelos a criação da legislação para o educador". Ao final da fala do Conselheiro Rodrigo, a Conselheira Elmari afirmou seu entendimento. A Presidente reforça a explicação anterior: "Então a do professor e do pedagogo ela tem, só que precisa atualizar, mas ela tem sim Elmari? Certo?" e a Conselheira afirma com a fala da Presidente. A Presidente faz a seguinte colocação: "Mas a gente retoma essa questão na próxima semana e vê o que que vem de resposta tá bom? Sem problemas". A Conselheira Tatiana faz uma colocação: "Eu só gostaria de dizer que não é educador de creche, é educador social" e a Presidente pede desculpas pelo erro e explica: "Desculpe, era atendente de creche, eu misturei as coisas" e a Conselheira Tatiana explica: "É atendente e educador social, tá bom?" e a Presidente Ana concorda enquanto a Conselheira completa: "Porque daí a gente tem aquele problema com a atribuição do cargo delas". A Presidente pede desculpas mais uma vez: "Desculpa, é que ficamos na ansiedade aqui, que tá chegando mais correspondências agora e para aproveitar o tempo. Até porque uma delas fui eu que solicitei que viesse para o Conselho ainda hoje. Vou fazer a leitura. Na verdade, elas encaminharam para o Conselho, mas pedimos para elas se reportarem ao gabinete, porque nesses pareceres, quando a unidade não cumpre ou não conseguiu colocar ou esqueceu de colocar a data de complementação de carga horária ou a data de reposição, ela não pode simplesmente sugerir para o Conselho. Como saiu uma portaria que foi um parecer do Conselho, ela

tem que primeiro se reportar ao gabinete e o gabinete encaminha para nós, para gente dar um parecer favorável para a data sugerida”. Então a Presidente inicia a leitura: “A escola Irmã Dulce foi o primeiro: Verificamos através do ofício nº53/2020, subscrito pela diretora da escola municipal Irmã Dulce, que a unidade de ensino não atendeu ao disposto no Art. 32, inciso III, da portaria nº53/2020, datada de 04/09/2020, alegando extemporaneidade. Solicitamos portanto a este Conselho, autorização que a mesma envie as atividades referentes ao dia 18/09/2020, no dia 23 de Novembro de 2020, devendo a mesma ser incluída no registro de classe. Alertamos que o não cumprimento das 800 horas, implicará na impossibilidade de não concluir o ano letivo”. Após a leitura, a Presidente pergunta se há alguém em desacordo e adiciona o fato de que as datas presentes no documento foram sugeridas pela própria unidade e que a SEMED acaba oficializando isso para o Conselho. Todos os Conselheiros foram favoráveis, então a Presidente segue para o próximo documento e faz a leitura do mesmo: “Verificamos através do ofício nº87/2020 subscrito pela diretora da escola municipal Leonilda Trevisan, que a unidade de ensino, não atendeu ao ofício circular nº74/2020 da SEMED datado de 15/09/2020, no qual foi determinado pela SEMED, que a reposição referente a paralisação do dia 20/02/2020 seria realizada em todas as unidades no mesmo dia (todas as unidades que precisavam fazer a reposição). Solicitamos, portanto, a este Conselho Municipal de Educação a autorização para que a mesma realize as atividades pedagógicas, não presenciais, referentes ao dia 20/02, no dia 13 de Novembro de 2020, devendo o mesmo ser incluído no livro registro de classe. Alertamos que o não cumprimento das 800 horas implicará na impossibilidade de concluir o ano letivo”. A Presidente pergunta se há alguém contrário à data sugerida pela escola e não houve ninguém contrário. A Presidente informa: “Hoje, foram para as unidades os calendários. Nós recebemos um email de uma diretora, que nos encaminhou falando da questão das cores que não estavam batendo e a princípio eu acho que está ok. Ela fala da visibilidade do sábado letivo e eu acredito que também esteja ok, que a gente conseguiu visualizar isso na reunião passada. Mas ela reclama que não tem feriado de carnaval. Então preciso colocar para vocês que a SEMED tinha encaminhado um ofício com feriado de carnaval, mas ele não existe. Chamamos atenção disso e a SEMED até organizou, se vocês olharem no calendário do Estado também não tem mais. Procurem na internet e vocês vão ver que não existe feriado de carnaval, existe recesso. E o pessoal colocava que terça - feira de carnaval é feriado, não tem feriado de carnaval. Foi uma cultura que o pessoal foi colocando como se terça - feira fosse um feriado e não é feriado, ele é um recesso de carnaval e coloco para vocês que esses três dias, caso necessitem, eles podem ser colocados como aulas presenciais ou atividades pedagógicas não presenciais. Não sabemos como fica para o próximo ano, o que sabemos é que não vai ter carnaval, é isso que eu digo para vocês, não teremos carnaval o ano que vem no Brasil. Praticamente isso já está definido pela questão da pandemia. Digo mais, o coronavírus chegou de avião e no carnaval, foi dessa forma que ele chegou no nosso país, nesse período. Se vocês verificarem, está subindo novamente o contágio e aqui no Paraná também aos poucos está aparecendo. Está acontecendo isso na Europa, relata que sua tinha uma viagem para a Europa para apresentar um seminário e eles não permitiram a ida dela para Portugal, tinha tudo pago pela instituição que ela trabalha como coordenadora, ela não pode ir fazer a apresentação do doutorado que ela faz em Campinas e ela nem os dois colegas conseguiram embarcar. E os colegas de São Paulo que em quatro ou cinco, somente o professor conseguiu embarcar e o restante não pode. Então já tem os

impedimentos para poder viajar para Europa por causa do coronavírus. Temos problemas porque isso está crescendo novamente, então todas as unidades receberam o calendário e se vier perguntar para vocês, por favor, coloquem para o segmento, que terça-feira, não existe no calendário terça-feira de carnaval, o pessoal pode procurar. O email que recebeu é como se a SEMED estivesse errada e o Conselho errado, porque não colocaram o feriado de carnaval. Nós não erramos, o correto é dessa forma. A Presidente do Conselho Municipal de Educação, prossegue a reunião agora, com o parecer: “A Patrícia irá apresentar agora os pareceres que chegaram essa semana. A Conselheira Juliana, fez a colocação da questão dos pareceres e ele foi encaminhado na mesma data para nós, para apresentar hoje para vocês. O 2º semestre, ele tem alteração, porque nós não vamos ter as aulas presenciais, então ele precisava ter a alteração e a questão dos pais também, que precisa aparecer o momento da avaliação dos pais. Aguardem um pouco, a Patrícia está colocando aqui. Não é fácil fazer porque ele sai em partes, é bem complicado”. Enquanto os Conselheiros aguardam a visualização do parecer, a Presidente lê o comentário da Conselheira Tainara: “A Tainara comenta: ‘ depois do dia 15 ficaremos perplexos’, a Presidente concorda com a Conselheira. A reunião segue com apresentação do parecer descritivo do 1º ano e com a leitura do documento pela Presidente, citando todas as informações que nele constam. Após a leitura a Presidente pergunta se há alguém contrário ou com dúvida em relação ao parecer do 1º ano e surge uma pergunta da Conselheira Juliana: “No final ali no parecer dos pais, eles irão fazer em que momento isso?” e a Presidente explica: “Não são os pais. Vocês estão encaminhando atividades e em algumas é encaminhado para os pais também, não é isso?”, houve concordância da parte da Conselheira, então a Presidente prossegue: “Vamos ver se eu estou explicando certo, depois as Conselheiras Márcia e Franciele me corrijam. Você faz a leitura e os principais apontamentos que os pais colocam lá, você que vai colocar. Eu acredito que é isso. Estou certa Márcia e Franciele?”, então a Conselheira Márcia responde: “Em virtude da solicitação do Conselho, que o Ensino Fundamental enviasse uma autoavaliação para as famílias, nós encaminhamos a partir de Agosto, para as unidades o modelo e foi solicitado que isso fosse enviado mensalmente para as famílias. Em cima desse parecer das famílias, essa autoavaliação realizada, o professor vai fazer uma leitura e vai fazer uma análise e pontuar os principais apontamentos, aqueles que sejam significativos. É um relatório simples. Esse item foi acrescentado através de uma reunião de Conselho, porque na Educação Infantil isso já existe. Lembro que na reunião foi solicitado e a secretaria fez a adequação”. A Presidente faz uma conclusão dizendo que a explicação dela estava correta e pergunta se a Conselheira Juliana compreendeu e recebe sua resposta: “Entendi. É que eu imaginei que na hora fosse haver aglomeração de pais fazendo essa avaliação, na entrega. Mas entendi, está tudo certo. Obrigada”. Novamente a Presidente questiona se há alguém contrário ao parecer e como não houve nenhuma manifestação, ela seguiu para o parecer descritivo do 2º ao 5º ano e pede para que qualquer manifestação seja colocada no chat para ser discutida. Então a Presidente lê o novo documento da mesma forma do anterior. Após a leitura do documento a Conselheira Tainara se pronuncia: “Algumas professoras me procuraram e pediram para fazer a discussão de Ciências, porque elas falaram o seguinte. não sei se isso é viável mudar agora, mas elas colocaram o seguinte, que como são professoras diferentes, o professor de Ciências não é o mesmo R1, elas acreditam que não ficou tão fidedigna a nota, porque às vezes a

criança realiza as atividades com o R1 e às vezes do R2 não, vão deixando para trás. Percebi isso no Ensino Religioso também, porém no Ensino Religioso não tem nota, mas Ciências por ter nota, foi um relato que as professoras fizeram. E tem uma outra questão também, não tem como colocar no próprio parecer ou no boletim, a questão do 'aprovado?'. A Presidente responde: "Tainara, vou colocar primeiro, não como Presidente do Conselho, mas como pedagoga de escola. Essa questão da professora de Ciências vir e relatar, não só pelo momento da pandemia, mas enquanto pedagoga, eu percebi um diferencial em relação à Ciências e não é só dizer que a criança não está fazendo as atividades, fazendo as do R1 e não as do R2, entra muitas questões. Sempre chamei a atenção dos professores de Ciências a questão do vínculo com o aluno, que ele também precisa ter um vínculo bem importante com as crianças e as crianças percebiam isso para ver que eles são professores daquela área de Ciências. Não estou dizendo que elas não tem, estou dizendo que não é novidade essa questão de 'às vezes não fazem de Ciências, assim como não fazem de Educação Física, Ensino Religioso e Arte'. Acho que nesse momento, Arte e Educação Física, ainda tem uma grande vantagem, sempre tiveram vantagem em relação às demais áreas do conhecimento. Mas não tem como fazer algo diferente. Eu enquanto pedagoga, digo para você que é complicado fazer algo diferente, porque a ciências acaba entrando como uma área de conhecimento como as outras, independente do professor que vá trabalhar. Então não tem uma questão de diferencial, o professor de Ciências tem que fazer as atividades para todos, da mesma forma que o R1 está fazendo. O R2 de Ciências, acredito que a nomenclatura 'R2 de Ciências' está errada, porque ele é 'R1 de Ciências', ele é o regente de Ciências, deveria também ter como 'R1', acredito que fica mais fácil colocar assim dessa forma, é ele o principal responsável pelo trabalho daquela área do conhecimento, pela aprendizagem das crianças nesta área do conhecimento e nesse momento eu acredito que para fazer um diferencial também é complicado. Não foi feito isso no 1º semestre, pra fazer agora no 2º gente teria que entrar em um estudo, que se tiver que fazer um trabalho diferenciado do professor de Ciências, teria que já ter feito, já começado, não só nesse período de não presencial, mas no presencial também", a Conselheira Tainara comenta: "Eu fiz essa leitura com ela também" e a Presidente continua: "Entra muitas questões, porque parece assim, entendo que quando a gente tem mais turmas para trabalhar, o envolvimento não é o mesmo como do R1, mas eu também fui professora só trabalhando com a área de matemática, tinha quatro turmas e eu era a responsável. É claro que a gente precisa estreitar o vínculos com as crianças, quando você estreita a gente vê professores de Ciências, principalmente quando eles se envolvem bastante com as crianças, a gente vê um envolvimento muito maior das crianças em Ciências do que em outras áreas do conhecimento, seja ela matemática, língua portuguesa ou não. Então acho que precisa fazer esse trabalho de vínculo também", então a Conselheira Tainara volta a falar: "Mas não foi nesse sentido. Elas colocaram que na verdade o R1 que faz a 1º parte sozinho, nesse sentido, entende?", a Presidente manifesta a sua concordância e a Conselheira continua: "E a questão do resultado final também, de repente de estar neste parecer" e a Presidente informa que a Conselheira Patrícia gostaria de fazer uma colocação. Então a Conselheira Patrícia fala: "Oi Tainara, eu vou colocar a experiência que nós temos lá na escola com a professora de Ciências. Aconteceu com outras turmas da escola, mas da minha turma, fui eu que fiz todo o parecer, preenchi o parecer inteiro, então as professoras R2 não tiveram acesso ao parecer, só que elas fizeram um relatório de todos os alunos e me enviaram. Tudo que elas me enviaram

eu só passei para o parecer. A professora de Ciências fez um parecer de aluno por aluno que ela atende, de como estava o desenvolvimento deles. Me mandou por email e eu transcrevi para o parecer. Inclusive a questão da nota. Então foi ela que me passou a nota que eu deveria colocar no parecer. Isso nós discutimos no pré-conselho que ela participou também, para ficar uma linguagem só, para o professor de Ciências não ficar excluído. De repente é uma sugestão, dá mais trabalho porque o professor vai ter que fazer mesmo um parecer de aluno por aluno, porque se ele não faz, eu professora R1, vou ter que fazer sem ver essas atividades. É um trabalhão, mas fica fidedigno o que o professor R2 quer dizer do aluno.”. Após a Conselheira Patrícia se pronunciar, a Conselheira Márcia se pronuncia: “Perfeita a fala da Patrícia. Nós tivemos algumas escolas que nos procuraram em relação a essa orientação, com essa questão de ‘mas ele faz todas as atividades de Português, Matemática, História, Geografia; mas as de Ciências estão ficando incompletas’. Já começa aí, ele não faz todas as atividades, já começa neste apontamento. Então é extremamente importante que os professores conversem. E cabe a equipe pedagógica que recebeu essa orientação que na hora de fazer o preenchimento tem que ter essa articulação, não tem como ser isolado. Os professores são profissionais diferentes, mas a turma é uma só, a criança é uma só, é a mesma e nós temos que olhar ela como um todo e o item onde eu vou assinalar a primeira parte, se a criança deixou de fazer as atividades de Educação Física, de Arte e Ensino Religioso, ele também está deixando de resolver as atividades encaminhadas, então isso também tem que ser considerado, mesmo que não tem nota, são atividades importantes para o desenvolvimento desse aluno. A conversa e a troca na unidade é extremamente importante e as equipes pedagógicas e diretivas receberam essa orientação que os professores deveriam considerar sim, se uma ou outra unidade não está seguindo o que foi orientado, está um pouco além do que a gente pode fazer, não vejo outra forma, como disse a Presidente Ana Lúcia, de agora fazer uma mudança. Talvez para o ano que vem se essa pandemia perdurar e nós tivermos que manter, acho que é importante fazer um estudo, talvez de um outro instrumento, mas como tudo isso é muito novo para todos nós, acredito que é o que realmente a gente consegue fazer hoje. Mas o essencial é que os profissionais que trabalham com a criança, conversem, isso é fundamental porque a criança é uma só, um todo, ela é única”. Logo após a fala da nossa Conselheira, a Presidente lê no chat o comentário da Conselheira Tainara: “‘Mas eles já fazem; temos relatórios de acompanhamento individual por componente curricular’, ok”, lê também o da Conselheira Patrícia: “‘Então, as professoras R2 nos repassaram esses relatórios individuais e nós colocamos no parecer’ aí a Tainara coloca: ‘concordo com a Márcia’, a Patrícia colocou: ‘acho também que os relatórios possam ser disponibilizados no docx e ser preenchido por todos os professores; a SEMED oferecer formação’, ela está falando do documento do docx. Qual é a sua dúvida Tainara, sobre parecer ‘aprovado’, no documento?”. Então a Conselheira responde: “Ele vai ser na verdade um boletim. A questão do resultado final só”. A Presidente lhe informou: “Eu acredito que nesse momento de pandemia, eu acho complicado colocar ‘aprovado’ ou ‘reprovado’, não sei o que vocês pensam. Vamos ver as manifestações”. Então a Conselheira Márcia se manifesta: “A orientação é que as notas fossem lançadas no sistema e as escolas vão poder gerar boletim se quiserem”, então a Presidente volta a falar: “Então tá, olha Tainara. Então nesse documento aqui, como ele é um parecer, um parecer geralmente não aparece. Por isso que eu falo, o parecer descritivo, não vai aparecer ‘aprovado’ ou ‘reprovado’, então o boletim praticamente acaba saindo. Então

já tem essa orientação, então fica tranquilo. A princípio, é isso, vai sair o boletim para as unidades que precisam”. A Presidente pergunta se há alguma manifestação contrária a este parecer e como não houve nenhuma manifestação, ela prossegue para o próximo parecer. A Presidente Ana fala sobre o parecer descritivo do aluno de inclusão: “Ele não tem um diferencial, é praticamente o mesmo do ano passado. Só tem uma observação final, colocada para todas as áreas: ‘Aula realizada no período de suspensão das atividades presenciais, deliberação nº04/2020 de 27/04/2020, em virtude da pandemia do Covid-19”. Novamente a Presidente pergunta se há alguém contrário a este parecer e novamente não houve nenhuma manifestação contrária. A reunião segue com o parecer descritivo da Escola Especial Madre Paulina, o qual a Presidente explica que ele tem um diferencial e lê o documento, assim como fez com os outros, pede para adicionar a deliberação do CME/SJP nº 04/2020, que precisa constar no documento. A Presidente e os Conselheiros também fazem alterações nos seguintes pontos: onde diz que o documento é referente às atividades presenciais no período de 04/02 a 18/03, passa a ser 03/08 a 17/12. A Conselheira Tatiana chama a atenção pois consta no parecer “atividades presenciais” e não são mais presenciais. A Presidente pergunta para as Conselheiras representantes da Educação Especial se estão acompanhando a leitura e colocações sobre o parecer, coloca que temos que fazer a observação no parecer da Escola Especial Madre Paulina. Salienta que como veio para análise a gente só coloca o que precisa arrumar para depois ser encaminhado para a unidade o modelo oficial”. A Presidente continua a leitura do documento e pergunta se há alguma manifestação além da alteração da data do período das atividades e sobre a inserção da Deliberação do CME/SJP e então a Presidente retorna para a leitura, a Conselheira Rosiliane solicita que seja alterada as datas de envio de atividades e que seja retirada a palavra “presencial” do parecer da Escola Especial Madre Paulina, a Presidente concorda e explica novamente o que será alterado no documento, então as Conselheiras Rosiliane, Luciane e os demais se manifestam a favor a decisão. O parecer descritivo de aluno de inclusão é retomado para ser feita uma alteração a pedido da Conselheira Tatiana, que pede para adicionar a seguinte informação no cabeçalho: “Parecer Descritivo Ensino Fundamental - Alunos de Inclusão” e explica: “Porquê o parecer da Educação Infantil não tem essa separação e é o mesmo parecer. É só para os profissionais das escolas não ficarem confusos”, e então a Presidente anota, agradece a Conselheira e segue para o parecer descritivo do Pré I e Pré II. A Presidente lê o parecer descritivo do Pré I e Pré II e faz a observação de que neste documento também precisa que conste que é uma deliberação do CME: “Informa que neste também consta: ‘Suspensão das atividades presenciais devido a Emergência em Saúde Pública - Pandemia COVID - 19’ e tem que aparecer também a deliberação do Conselho. Explica que isso acaba respaldando a SEMED, no caso de uma transferência, porque senão não tem como explicar de onde saiu o documento e fica sem o respaldo legal”. A Presidente continua a leitura do documento e explica que o Conselho solicitou que neste parecer, constasse o parecer da família também. A Presidente pergunta se há alguém contrário ao documento e os Conselheiros se manifestam favoráveis. Com isso, a Presidente prossegue para o parecer descritivo da Sala de Recursos, lê o novo documento e após a leitura, solicita para a Conselheira Rosiliane que se manifeste sobre o documento. A Conselheira disse que: “Teve, mas é que por ser digitado, o professor pode apenas acrescentar no mesmo documento, o segundo semestre”. Então a Presidente faz uma colocação: “Como está acrescentando o primeiro semestre, é importante que tenha uma

orientação para os professores da Sala de Recursos, para não ter uma confusão”. A Conselheira Tainara questiona: “Por que não fazer só o do segundo? Já houve o do primeiro?”. A Presidente pergunta se a Conselheira Rosiliane pode explicar e então ela responde, respectivamente às perguntas da Conselheira anterior: “Porque pode fazer no mesmo documento. Sim, claro.”, então a Presidente questiona: “É o mesmo documento né? Que foi apresentado aqui. A professora vai utilizar o mesmo documento, é isso? Quando a professora preencheu no primeiro semestre, já tinha espaço para o segundo, isso?”. A Conselheira Rosiliane então novamente responde: “Foi apresentado aqui. Só alteramos no cabeçalho do segundo semestre, retirando as aulas presenciais. Elas só acrescentam o segundo semestre agora”, então a Presidente diz que vai verificar novamente o documento e pergunta: “Mas daí elas vão ter que preencher de novo o primeiro semestre? Eu acho que a preocupação é esta. Se já foi preenchido o do primeiro semestre, foi inserido o presencial do primeiro semestre, agora teria que preencher somente o do segundo semestre. Pergunta se no segundo semestre vocês fizeram uma previsão de aula presencial, não é isso?”, a Conselheira Rosiliane faz a seguinte colocação: “Não, já está preenchido o primeiro semestre, as professoras só acrescentam o segundo semestre agora”. A Conselheira Tainara diz: “Mas veja, são datas diferentes Ana. Não tem o período presencial”. A Presidente lhe responde: “Não Tainara. Eu estou entendendo o que ela colocou. Ela está dizendo então que a professora vai preencher somente o segundo semestre nessa outra ficha que é a ficha do segundo semestre. Não vai ter período presencial. É que na primeira ficha que foi feita, elas colocaram o primeiro e o segundo semestre também, só que nos dois apareceu período presencial, então elas fizeram uma nova ficha. O que faltou para a nossa compreensão é que está pedindo o primeiro semestre também. Talvez agora tenha que tirar o primeiro semestre, se for ficar confuso para os professores”. Após a fala da Presidente, a Conselheira Tainara diz: “Eu não estou compreendendo, mesmo assim estou achando desnecessário, se o primeiro semestre já foi realizado, deixa que elas façam o segundo semestre e encaminha só isso. Por mais que sejam iguais’, eu acho desnecessário, porque a família já recebeu o primeiro” e a Presidente diz: “Eu concordo com você. o que eu to falando é que nesse parecer do segundo semestre só apareça o segundo semestre e que não apareça o primeiro. Porque o primeiro já foi feito, daí ele que fique grampeado com o primeiro”. A Conselheira Patrícia se manifestou dizendo: “Pode gerar confusão para os pais”; a Conselheira Elmari também: “Concordo com você Ana” e a Conselheira Tainara diz: “Folhas duplas no portfólio”. Após os comentários, a Presidente diz: “Por isso eu acredito que para agora no segundo semestre, só apareça o segundo semestre, aí não vai ter o problema de ter. Claro, todo mundo tem dois arquivos, o do primeiro e do segundo. Então se a gente coloca um arquivo da sala de recurso que, tendo o primeiro e o segundo, elas vão achar que tem que preencher novamente ou os pais vão achar que tem que ser preenchido e não apareceu nada”. A Conselheira Rosiliane fala: “No documento vai aparecer somente o segundo semestre. A professora é que vai usar o mesmo arquivo. No primeiro semestre aparecia o segundo que seria preenchido. Não estou entendendo as dúvidas”, então a Presidente lhe diz: “Então vai ser retirado o primeiro, porque está pedindo para a gente validar este documento que aparece primeiro semestre e segundo semestre. A Presidente solicita que seja apresentado novamente o documento”. A Presidente realiza novamente a leitura do corpo do documento e questiona: “Por que tem que aparecer o primeiro semestre?! Eu também fiquei com dúvida. Acredito que poderia tirar o primeiro semestre, se ele já foi

preenchido, não vai ser preenchido novamente”. A Presidente pede para a Conselheira Patrícia mostrar a outra parte do documento em que também pede informações do primeiro semestre e explica que novamente pede para ser preenchido informações do primeiro semestre e se manifesta: “Diz acreditar que neste momento, talvez seja colocado só o segundo semestre já que está fazendo um novo documento”. A Conselheira Elmari se manifestou dizendo: “Tem que deixar só o segundo para facilitar o entendimento na escola”; A Conselheira Rosiliane também se pronuncia: “É que antes este documento não poderia ser digitado, tinha que ser escrito, daí usávamos o mesmo arquivo”; a Conselheira Tainara: “Isso Ana. Estamos analisando o documento apresentado hoje”, então após ler os comentários, a Presidente se pronunciou: “A nossa sugestão é que retire o primeiro semestre e fique só o segundo semestre, isso?”. Algumas Conselheiras se manifestaram através de áudio e chat, concordando com a sugestão: Conselheira Tainara: “Sim”; Conselheira Tatiana: “Isto, retira o primeiro semestre. Confunde mesmo”, a Presidente diz: “Também acho. Por mais que receba orientação da secretaria, a gente não sabe a orientação que recebe na escola e pode ser que alguém faça com que ela preencha os dois”; a Conselheira Eloise: “Perfeito”; a Conselheira Patrícia: “Concordo, só o segundo semestre”; a Conselheira Marinês: “Sim”; a Conselheira Carolline: “Sim”; a Conselheira Cláudia: “Concordo com você Ana”; Conselheira Elmari: “Só o segundo semestre”; Conselheira Fátima Amaral: “Concordo, só o segundo semestre”; a Conselheira Rosiliane: “Mas é o que as professoras fazem, retiram o semestre que já foi preenchido”, a Presidente se pronuncia: “Tá, mas precisa aparecer isso na folha”; o Conselheiro Rodrigo: “Deixa apenas o segundo semestre”. A Presidente volta a falar: “O que nós estamos pedindo é para retirar o primeiro semestre, todos os itens: área cognitiva, tira o primeiro semestre e deixa só o segundo; área afetiva, tira o primeiro semestre e deixa só o segundo e em todos eles. Até diminui o arquivo, que tem cinco folhas, aí acaba ficando um arquivo menor”. A Conselheira Tatiana se manifesta perguntando: “Acho que entendi o que a Rosiliane colocou. Esse documento já está escrito assim? Vocês só vão preencher a mão o segundo semestre? Ela não pode digitar? Por isso você tá falando que elas já fariam só o preenchimento do segundo semestre? É isso que você está falando? Pra gente entender”. A Conselheira Rosiliane diz: “Este ano pode ser digitado. E é isso que acontece. Retira o semestre que não se refere”. A Presidente diz: “Ok. Mas a Conselheira Tatiana perguntou o seguinte: o primeiro semestre foi feito um documento que era para o primeiro e o segundo semestre e elas preencheram o primeiro, no do segundo semestre (estou com ele, do diário oficial), ele apareceu também presencial no segundo semestre por isso que não pode ser utilizado a mesma folha. Vai ter que fazer uma nova. Nessa nova, que aqui tá sendo colocado, tem o primeiro e o segundo semestre, novamente. O que nós estamos solicitando é que tire o primeiro porque já foi feito na primeira e coloque somente o segundo semestre, porque diminui folha, diminui trabalho para o professor e fica mais compacto, são cinco folhas e quem sabe consegue encaixar até em duas ou três folhas, porque vai diminuir. Porque tira todo o primeiro semestre de todos os itens”. A Conselheira Tatiana coloca: “Tem que refazer então, adequado”; A Conselheira Luciana diz: “Isso as professoras já fazem”, então a Presidente fala: “Eu sei que elas fazem, mas o documento tem que ser oficial, saindo daqui. Retirando, não é mandado o arquivo para elas, tem que realmente aparecer aqui para nós, inclusive para o CME, ele precisa aparecer retirado do primeiro semestre. É isso que nós estamos solicitando”. A Conselheira Elmari pergunta: “Vamos votar?” e a Presidente lhe responde: “Não

precisa votar, elas entenderam o que é para fazer”. A Conselheira Rosiliane concorda que entendeu; a Conselheira Tatiana coloca: “Elas não podem mexer no documento depois que saí do Conselho. Ele precisa sair correto. A Presidente concorda com a fala da Conselheira anterior e vê que a Conselheira Rosiliane se manifestou dizendo: “Vamos adequar”, e se pronuncia: “A Rosiliane disse que vai adequar, então vai colocar para apresentar na quinta - feira que vem, novamente para o CME. Precisa então retirar o primeiro semestre, é isso, em todos os itens. Porque a gente só está falando aqui do segundo semestre. O primeiro já foi feito no outro documento e já está pronto. O que precisa fazer naquele primeiro que foi feito é passar um traço inutilizando o segundo semestre”. A Conselheira Tainara coloca: “Documento que vai para o diário oficial tem que ser decisão coletiva”, a Presidente concorda dizendo que a fala está correta e continua a ler o comentário da Conselheira: “E o que se refere ao presencial, retirar. Certo, entendi” e a Presidente diz: “Não teve presencial no segundo, só teve no primeiro. É, ela já retirou, só retirar agora o primeiro semestre. O do segundo semestre ela retirou o presencial. Agora só o primeiro, retirando ele aí não tem mais problemas”. Após tratar do parecer descritivo da Sala de recurso, a Presidente segue para o parecer descritivo - EJA (1° e 2° Etapa) - 2° semestre: A Presidente lê o documento e pergunta se há alguma manifestação contrária a este parecer, porém não houve nenhuma. A Presidente Ana Lucia inicia a fala de encerramento da reunião: “Encerramos, fez um resumo da aprovação dos pareceres, ressaltou que ficou somente o parecer da Sala de Recursos para fazer a alteração e fazer a solicitação de que todos os pareceres apareçam a deliberação do CME, identificando o CME. Porque caso a criança seja transferida, por exemplo para Araucária, a hora que eles recebem o documento, eles vão procurar a deliberação do CME, olhar o que foi realmente foi deliberado e o que é o documento oficial, qual foi o respaldo legal para fazer esse documento, por isso é importante que apareça e a nossa aprovação. Nós teremos que fazer um parecer desse segundo semestre, aprovando esse segundo semestre e a gente precisa publicar também. É oficial, nós precisamos fazer isso. Para encerrar, são dois itens que eu acho importante: Primeiro, eu não sei se todos conseguiram assistir, o SINSEP organizou um debate com os candidatos à prefeito, alguns prefeitos, na segunda - feira (feriado) e acredito que foi bem importante, acredito que esses debates, em todos os municípios deveriam acontecer. Porque as emissoras colocam somente para Curitiba, capital e os demais municípios eles ficam de fora. Nós da Educação, quem não assistiu é importante que assista, por mais que o pessoal diga que é questão de política, o Conselho também tem o seu ato político e acredito nesse momento que a iniciativa do SINSEP foi bastante importante, eu acho que devemos parabenizar essa iniciativa. Não vejo diferente, as manifestações dos conselhos é importante neste momento porque isso reflete a questão da gestão democrática de levar o conhecimento independente de quem seja os candidatos. Isso deve ser levado ao conhecimento de toda a população do município de São José dos Pinhais. Porque, fora entregar santinho, fora as manifestações, não tem outra forma de eles terem uma voz, a não ser chamar para conversar. Mas uma fala em que nesse momento de Pandemia e ouvir as propostas dos candidatos, foi uma iniciativa muito importante, que eu acho que a gente tem que parabenizar sem o SINSEP, por essa iniciativa feita nesse período, com todos os candidatos, porque é o futuro do nosso município, não só da Educação, é de todas as áreas. Eu assisti, quem assistiu viu, que ela foi de um nível muito interessante e muito alto, bem interessante a participação. Trouxe aqui para deliberar com vocês, se vocês

concordam (eu enquanto Presidente, acredito que tenhamos que fazer essa manifestação, mas tenho que trazer para vocês para ver se vocês concordam), de que o Conselho parabenize a iniciativa do SINSEP. Existem outros órgãos, outras entidades que poderiam fazer, mas o sindicato fez e acho que não teríamos outra oportunidade de ouvir todos que se apresentaram”. Após a Presidente tratar do assunto do SINSEP, a Conselheira Tainara colocou: “Assinatura do estudante e dos pais ou responsáveis”, referente ao assunto anterior, o parecer - EJA. Então a Presidente se pronuncia: “Acrescenta o estudante, tá certo Tainara, acho que só apareceu ‘pais ou responsáveis’, têm que pôr o estudante também”, a Conselheira Márcia: “Agradeceu”. E em relação à deliberação do CME, a Conselheira Patrícia comenta: “Em todos os pareceres Ana?”, e então a Presidente concorda. A Conselheira Tainara corrige a Presidente: “Pais\*, no do EJA”, querendo informar que a Presidente tinha dito que faltou colocar a assinatura do estudante e não dos pais e a Presidente concorda. Sobre o SINSEP, a Conselheira Eloise diz: “Vi sim, o SINSEP fez um trabalho muito bom!”; a Conselheira Tainara: “Parabéns Ana, pela fala”; a Conselheira Tatiana: “Sim, faz parte do processo democrático, concordo”; a Conselheira Carolline: “Com certeza!”; a Conselheira Eloise: “Uma informação interessante, é que pelo TSE vimos que em São José dos Pinhais, apenas 496 jovens de 16 a 18 anos têm título de eleitor”, a Presidente comenta: “Somente esses?! São poucos, realmente. Poderia ter mais”. A mesma pede para que os demais Conselheiros se manifestem, todos são favoráveis ao envio da correspondência ao SINSEP. A Presidente explica: “A gente não está fazendo ato político, nem sendo contrário a ninguém. Só pela questão da atitude de chamar todos os candidatos para que toda a população tenha acesso a ouvir os mesmos. Acho que isso é bem importante”. A Conselheira Márcia se pronuncia com dúvida em relação à deliberação: “Quando você sugere que coloque a deliberação do CME e a data, é a deliberação nº10?”, então a Presidente lhe responde: “Não, apareceu aqui a nº04, que aparece que validou as atividades pedagógicas não presenciais. Mas a gente também pode colocar em cima ou no final, acrescentar junto, a nº04 e a nº10 que validou os pareceres. Pode colocar as duas”, a Conselheira Márcia fala: “Mas quando eu falo em deliberação, agora não sai outra, é a do início? Nós vamos colocar a que validou os pareceres e eu tenho que esperar a publicação deste, para sair uma nova?”, novamente a Presidente lhe responde: “Eu pensei em fazer um parecer sobre este aqui. Mas como você está falando, a gente pode só alterar a deliberação nº10, acrescentando esses do segundo semestre. E continua valendo essa”. A Conselheira Márcia pergunta: “Então só houve uma adequação?”, a Presidente explica: “Não, nós não chamamos de adequação. Ou nós faremos uma inclusão ou alterar. Então nós faremos uma inclusão. Na verdade foi feito o parecer do segundo semestre agora. Antes foi aprovado o do primeiro e precisava aparecer o do segundo”. A Conselheira fala: “É que no primeiro não foi nada, não teve nenhuma referência”, a Presidente afirma que não tem problema, que seria colocado agora e explica: “O fato de não aparecer no primeiro, não impede de aparecer no segundo”. A Conselheira pergunta: “Mas o que eu acrescentaria ali?”, a Presidente diz: “Nós faremos uma orientação e encaminharemos para a SEMED, e aparece lá. Como nós discutimos agora. Praticamente em quase todos apareceram esta deliberação das atividades pedagógicas não presenciais, talvez só do Ensino Fundamental e no Infantil apareceu, no Ensino Especial apareceu. Mas nós colocamos para ficarem todas iguais. Na verdade, a gente vai fazer a sugestão. Precisa que mostre novamente?”. A

Conselheira Márcia diz que não é necessário e agradece. A Conselheira Tainara perguntou: “A 56 também?”, então a Presidente lhe respondeu: “A 56 é portaria, não deliberação do CME, no caso, aparece o órgão normativo”. Novamente a Presidente pede a manifestação dos Conselheiros para poder deliberar ou não o documento, então o restante se manifesta positivamente. A Presidente diz: “Logo teremos as eleições, enquanto Conselheiros, é importante vocês sempre olharem todas as propostas referentes à Educação. Nós já sabemos como caminha essa gestão, mas vamos ver os demais, porque conhecer não é um impeditivo para ninguém. Nós sempre precisamos ficar de olho para ter conhecimento e às vezes pontuar algo quando têm, até perguntar, porque às vezes vem alguém perguntar e nós apontamos o que é necessário, o que é importante, porque alguns candidatos não sabem que no nosso plano municipal de Educação, aprovado e que é lei, só pode assumir a SEMED, quem é da área da Educação. Já teve outras pessoas que não eram da área da Educação e que assumiram a Educação e não pode mais, é lei. O diretor geral também, porque na ausência de um, o outro quem vai assumir, senão é impedido também. Às vezes não é o candidato, mas sim os professores que perguntam coisas que podem e que não podem e nós acabamos informando o que é necessário. Esse é um dos pontos que a gente deve respeitar. Se nesse momento, nós não tivéssemos um gestor que é da Educação e que já tenha sido gestor alguns outros anos e tenha conhecimento, nós teríamos um problema muito sério. O preparo do Secretário de Educação Professor Imar, foi muito importante neste momento, que foi muito difícil na Pandemia, esse ano foi muito complicado e a experiência dele foi muito importante nesta administração. Tem que ter muito cuidado, ficar de olho, porque às vezes eu vou ler algumas propostas e não acredito que estão propondo isso para a Educação, pois não tem nada a ver, nós temos que ler, porque dependendo de quem ganha, o CME vai ter um trabalho árduo de pontuar algumas coisas. É muito diferente a Educação Municipal para a Estadual para quem nunca teve conhecimento de como funciona a prefeitura e a Educação Municipal. Essa é a orientação independente de quem seja eleito, é só para que fiquem atentos enquanto Conselho”. A Conselheira Tainara solicita uma explicação sobre a Deliberação 03/2015, pois entrou mais tarde na reunião e não acompanhou a discussão deste tema. A Presidente informa que a deliberação nº03/2015 ficou para a próxima semana, pois tem que reunir a Câmara da Educação Especial e que a reunião será amanhã pela manhã de forma presencial. Tainara perguntou também sobre a reposição da Escola Maria Leni, se havia sido discutido, Ana comentou novamente o que foi discutido sobre a reposição da Escola Maria Leni. A Conselheira Tatiana coloca: “Principalmente quando tratam a Educação Infantil como lugar onde deixar as crianças. Triste” e a Presidente diz: “Concordo Tatiana. Tem muitas manifestações em relação a isso e a ampliar o atendimento. Então pensem nisso, são coisas que a gente tem que pensar um pouco, porque ainda pensam que a Educação Infantil é depósito de crianças, onde vai deixar o filho para poder ir trabalhar. Não se tem nem um pouco de conhecimento em relação à Educação Infantil”. A Conselheira Eloise coloca: “Sem falar das candidaturas para vereador” e a Conselheira Tatiana: “É Educação, não Assistência”. A Presidente fala: “Por isso a gente tem que estar sempre lutando e chamando bastante atenção em relação a isso. Às vezes penso que alguns Conselhos entregam documentos para candidatos pontuando algo que é importante na Educação para pensarem na hora de fazerem suas propostas e que eles respeitem e que vejam o que acontece dentro da Educação. Tem vários Conselhos da Educação que tem feito isso, pontuar aos

candidatos para realmente ver como é que funciona a Educação Municipal”. A Presidente encerra a reunião e lembra os Conselheiros que a próxima reunião já está marcada para o próximo dia 12, comenta sobre o encontro da UNCME que será no dia 26 e caso precise fazer alguma reunião, ela será marcada para o dia 24 (terça-feira) ou no dia 27 (sexta-feira). Não tendo mais nada a tratar, eu Patricia Coraleski Pereira Francisco encerro esta ata, que será assinada por mim e pela Presidente conforme Deliberação CME/SJP nº 11/2020.